



Senado Federal

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Audiência Pública: Prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Convidados:

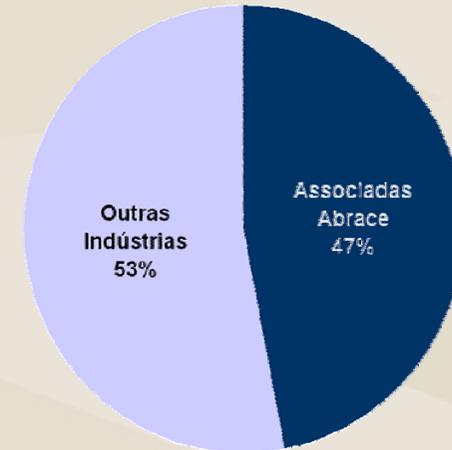
- Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;
- Cláudio José Dias Sales, diretor-presidente do Instituto Acende Brasil;
- **Paulo Pedrosa, Presidente da ABRACE** e
- Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.

25 de maio de 2011

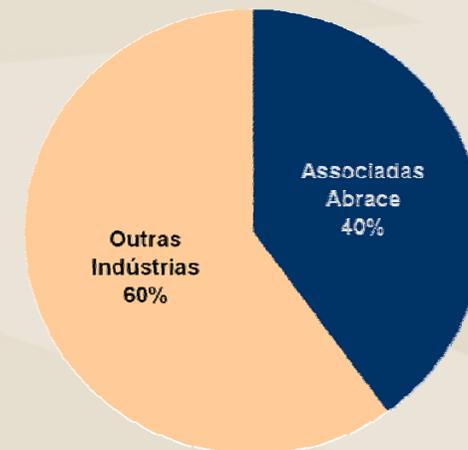


Quem somos

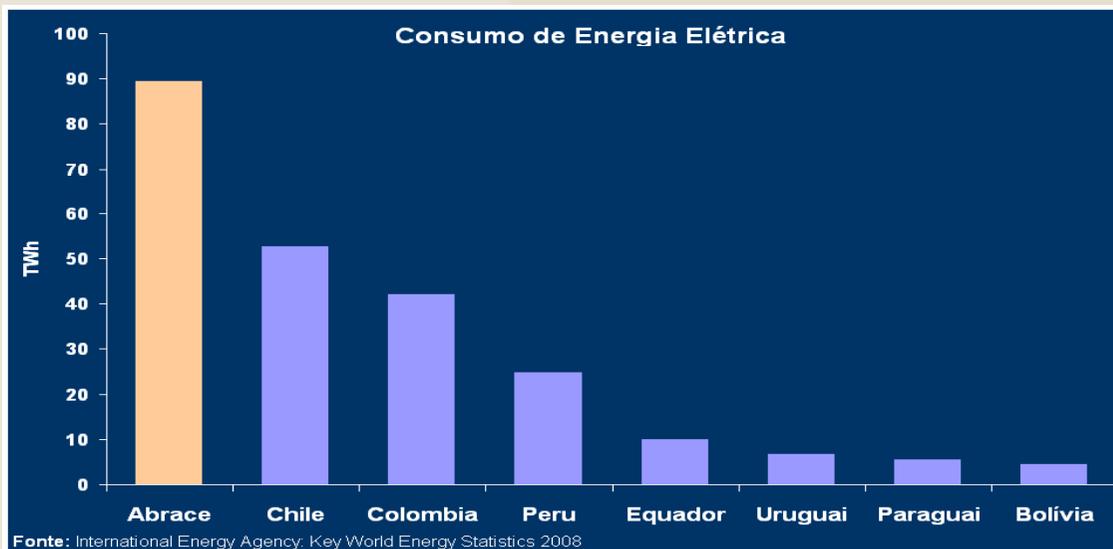
- ⇒ Fundada em agosto de 1984
- ⇒ 47 Associadas (500 unidades de consumo)
- ⇒ Focada na competitividade e no desenvolvimento sustentável do País e na modernização, transparência e integração competitiva do setor de energia



Energia Elétrica



Energia Térmica





Quem somos

Química / Petro	Cloro / Soda	Mineração	Siderurgia	Alumínio	Papel / Celulose
 	 Fertilizantes 	 CARAÍBA METAIS S.A. Grupo PARANAPANEMA 	 Companhia Siderúrgica Nacional USIMINAS VALLOUREC & MANNESMANN TUBES	RioTinto Alcan 	 INTERNATIONAL PAPER PAPEL E CELULOSE Automobilístico
Ferro-ligas	Têxtil	Cimento	Alimentos	Gases Industriais	Vidros
 	 	 Cimentos	 	 	



Agenda

- Evolução dos preços da energia
- O que aconteceu com o setor elétrico?
- Custo da energia x desenvolvimento
- RGR
- Proinfa

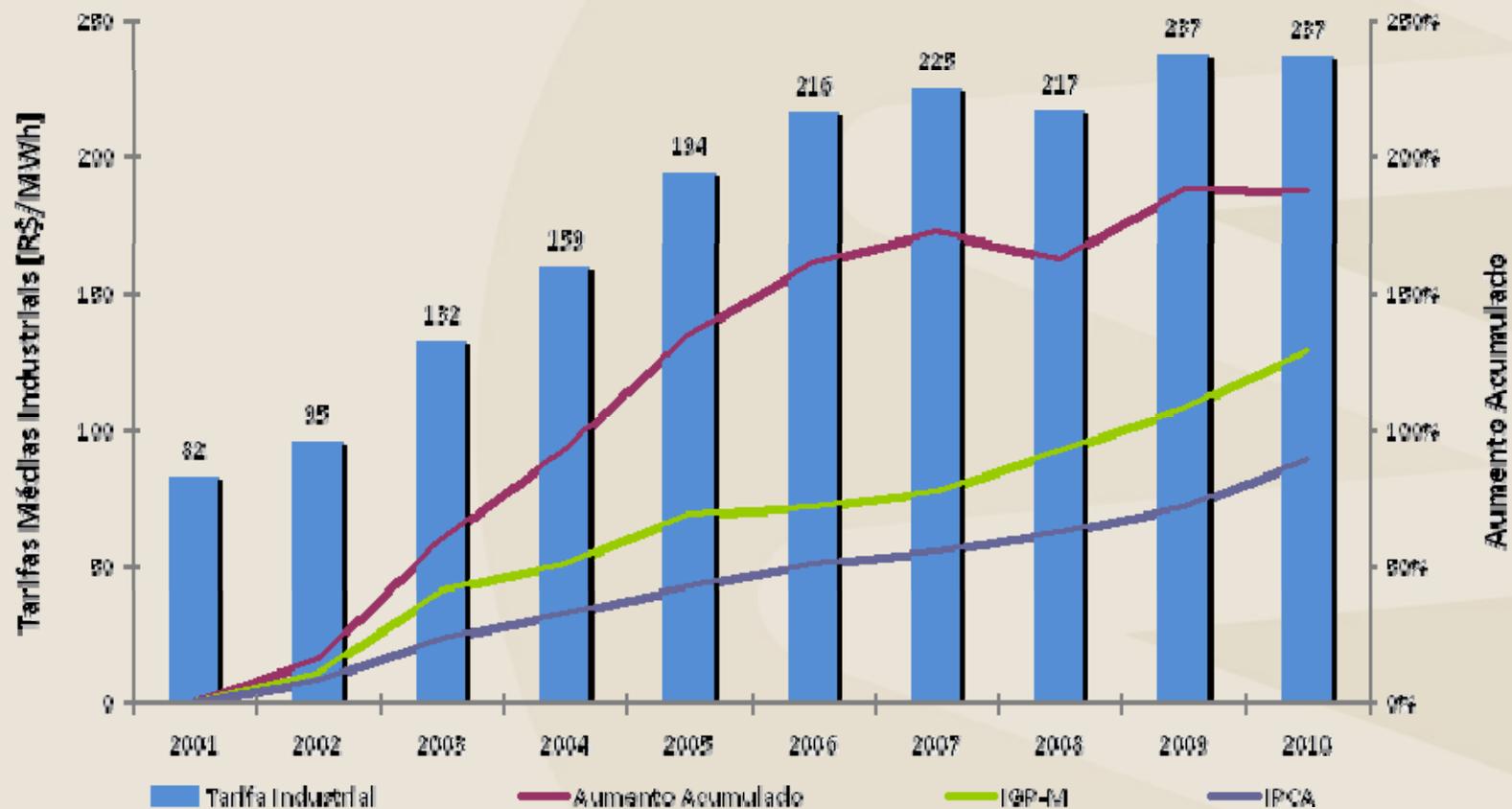


Agenda

- Evolução dos preços da energia
- O que aconteceu com o setor elétrico?
- Custo da energia x desenvolvimento
- RGR
- Proinfa



Evolução das tarifas de energia elétrica

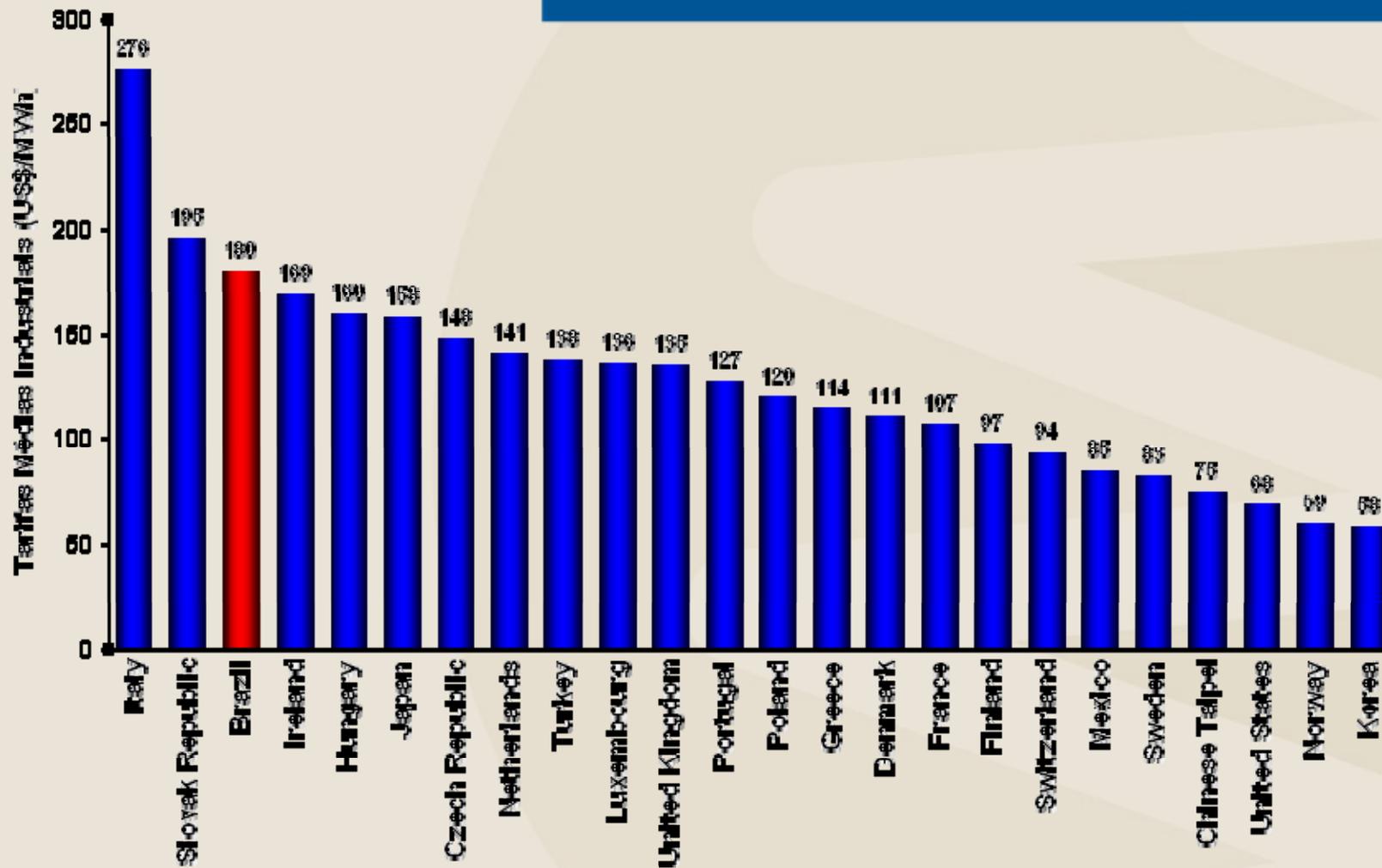


+ 20% (7 a 30%) até 2020

Fonte: Aneel (s/ICMS)



Tarifas Mundiais

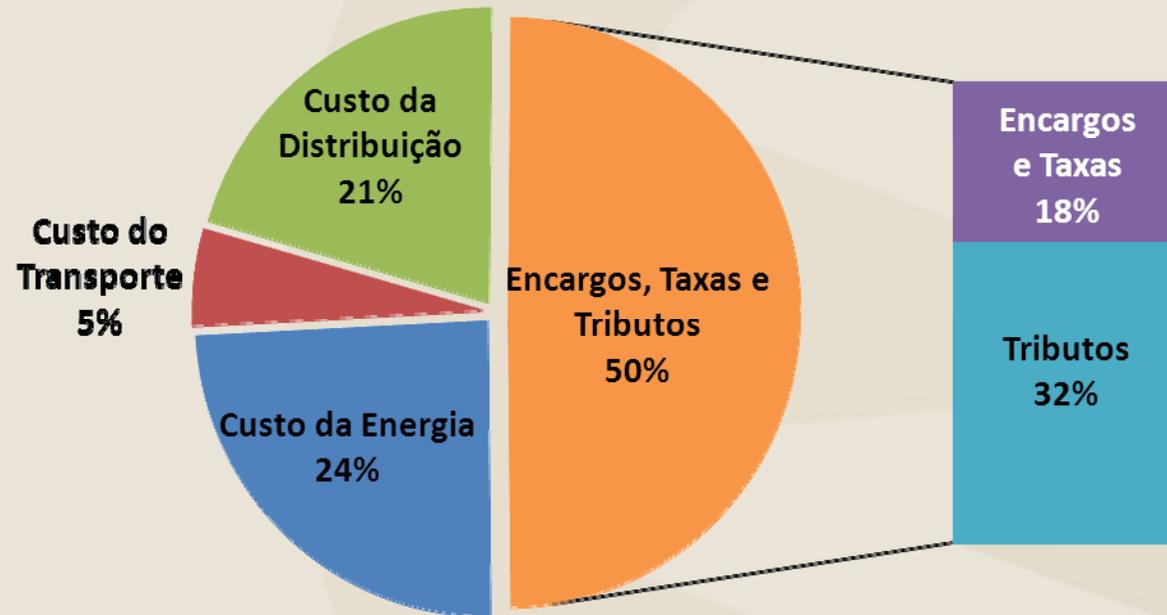


Fonte: Key World Energy Statistics – 2010 (IEA); tarifas Brasil: Aneel
Inclui impostos



Composição da Tarifa

Ralo-X da Conta de Luz - CPFL Paulista 2011



Não inclui os subsídios - irrigação, fontes incentivadas, baixa renda e cooperativas - somaram R\$193,4 milhões em 2011 (3,2% da receita anual da CPFL)



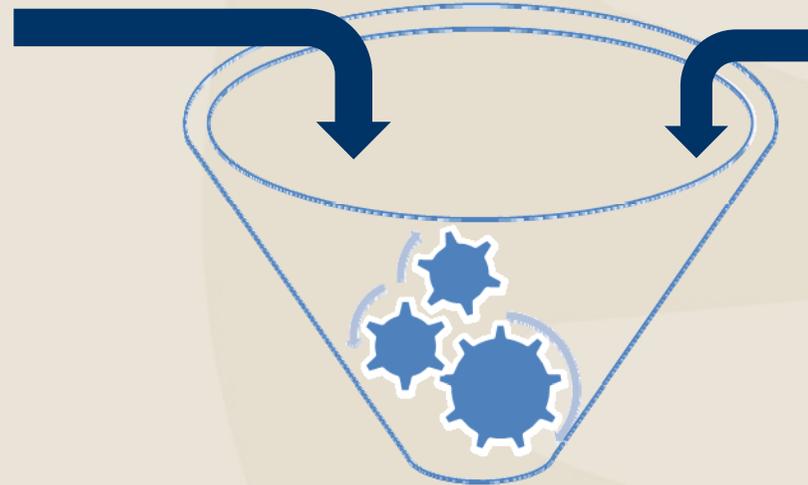
Agenda

- Evolução dos preços da energia
- O que aconteceu com o setor elétrico?
- Custo da energia x desenvolvimento
- RGR
- Proinfa



Setor elétrico brasileiro

Potencial para produzir energia barata, renovável e nacional



Competência em engenharia, produção, financiamento

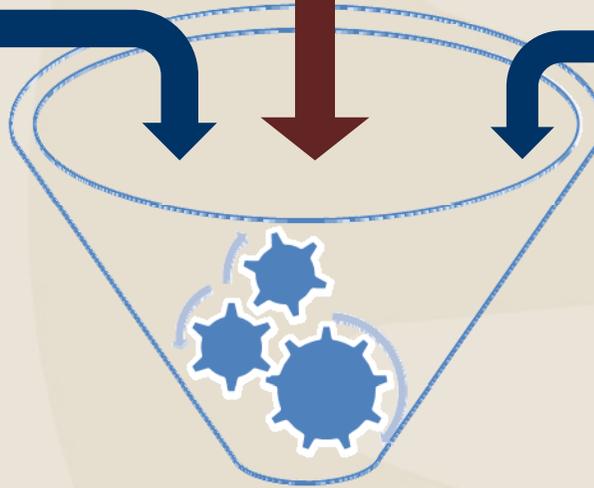


Setor elétrico brasileiro

Potencial para produzir energia barata, renovável e nacional

Encargos, taxas, subsídios e impostos

Competência em engenharia, produção, financiamento





Setor elétrico brasileiro

Potencial para produzir energia barata, renovável e nacional

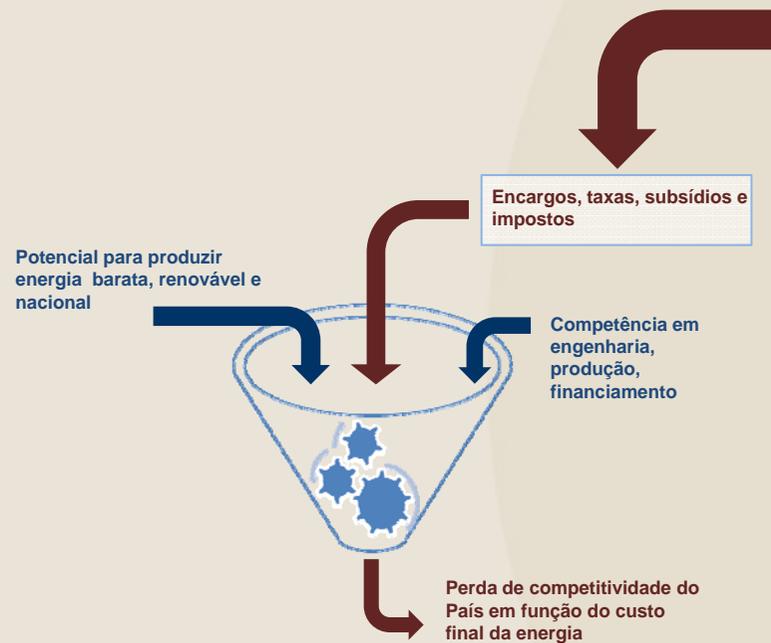
Encargos, taxas, subsídios e impostos

Competência em engenharia, produção, financiamento

Perda de competitividade do País em função do custo final da energia



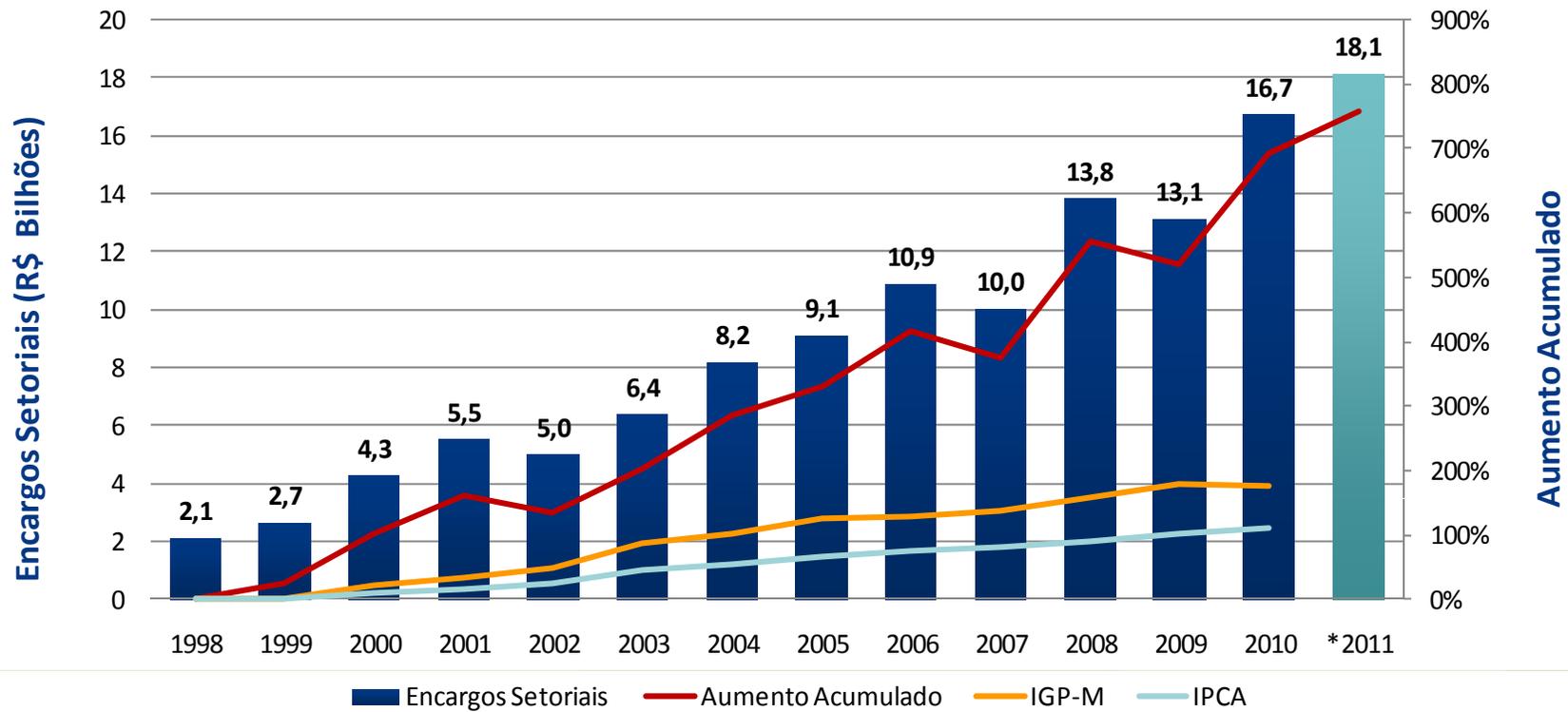
Setor elétrico brasileiro



- Encargos, taxas, subsídios e impostos:**
- Arrecadação
 - Equilíbrio fiscal pelo contingenciamento
 - Políticas sociais
 - Políticas de desenvolvimento regional
 - Política de desenvolvimento tecnológico
 - Política energética em geral
 - Financiamento subsidiado a empresas
-



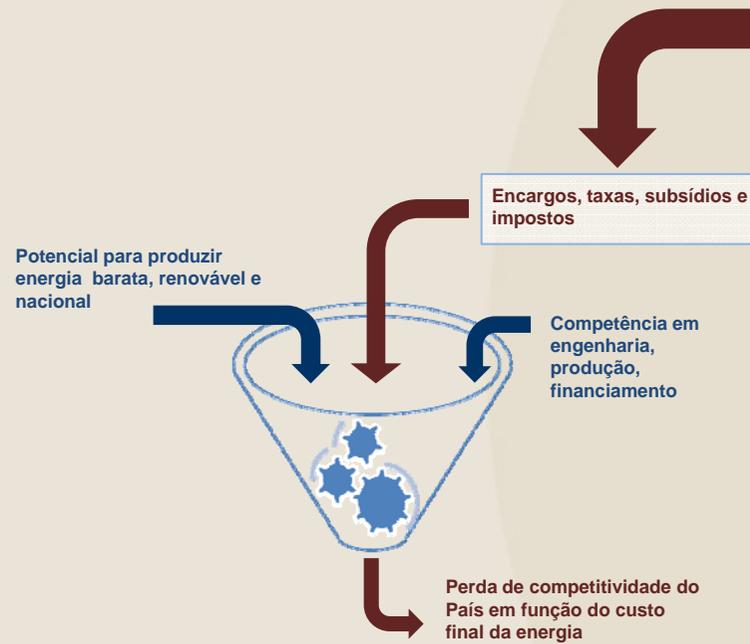
Encargos Setoriais



Fonte: ABRACE , estimativa



Setor elétrico brasileiro



MP 517:
RGR
Proinfa
e....
CDE - Gasodutos



Agenda

- Evolução dos preços da energia
- O que aconteceu com o setor elétrico?
- Custo da energia x desenvolvimento
- RGR
- Proinfa



PEC Projeto Energia Competitiva





Os Resultados do PEC

Se os ganhos em termos do PIB até 2020 fossem antecipados para valor presente acumularíamos cerca de US\$ 1 trilhão: um retorno 8,6 vezes maior que as reduções dos custos da energia sugeridas



A redução no preço da energia é um investimento de custo e riscos desprezíveis, com retorno para todos os brasileiros



Energia Para o Crescimento

Energia cara tira indústrias do Brasil - O Estado de S. Paulo – 26/4/2011

...setores eletrointensivos – como o alumínio, siderurgia, petroquímico e papel e celulose – estão fechando unidades no País ou migrando para outros locais por causa da **perda de competitividade** no mercado brasileiro.

- Rio Tinto Alcan – instalação da maior fábrica de alumínio no Paraguai – 674 mil toneladas/ano (investimentos entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões)
- Braskem – inauguração de fábrica de soda cáustica no México e prospecção em outros países, como Peru e Estados Unidos
- Stora Enso – abertura em breve de fábrica de celulose no Uruguai (“apesar de a produtividade brasileira ser o dobro, essa vantagem é desperdiçada pela incidência de impostos”)
- Gerdau e Valesul – paralisação por causa do alto preço da energia
- Novelis – fechamento de fábrica em Aratu/BA e possibilidade de migrar para o Paraguai
- CBA – prestes a abrir filial em Trinidad e Tobago
- Importação de alumínio da China: 2009 – 17 mil ton.; 2010 – 77 mil ton.
- Importação de produtos acabados (não agregam valor à mercadoria no País)
- Há mais de 25 anos, nenhuma nova fábrica de alumínio se instala no Brasil...



Agenda

- Evolução dos preços da energia
- O que aconteceu com o setor elétrico?
- Custo da energia x desenvolvimento
- RGR
- Proinfa



Lactalis, da França, fará oferta de € 3,3 bi pela Parmalat **B11**
 China eleva índice de capitalização para seus bancos **C16**

USP cria centro de estudos internacional em administração, diz Maria Sylvia **D10**



Valor ECONOMICO

Destaques

M. Dias Branco compra Pilar
 Líder do mercado nacional de massas de biscoitos, a cearense M. Dias Branco — dona da marca Adria, entre outras — anunciou ontem a aquisição da concorrente Pilar Produtos Alimentícios, de Pernambuco, fundada em 1865. **B4**

Rimowa cresce no Brasil



Os bons resultados obtidos pela fabricante alemã de malas Rimowa no Brasil — crescimento de 20% ao ano desde que chegou ao país, em 2007 — levou a empresa a abrir uma "montadora" em Indaiatuba (SP), que até o fim do ano deve chegar a 50 unidades diárias, diz Sérgio Barreto. **B5**

RS entra na corrida naval

Com incentivos fiscais, financiamentos e disponibilidade de áreas, o Rio Grande do Sul tenta atrair empresas do setor de petró-

Crédito de fundo de Reserva à Eletrobras soma R\$ 4,4 bi

Joseete Goulart
 De São Paulo

Cerca de 70% dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) emprestados às empresas elétricas estão sendo usados pela Eletrobras, a principal estatal do setor e responsável pela gestão desses recursos. A RGR é um fundo criado a partir de contribuição cobrada dos consumidores de energia e acumula patrimônio de R\$ 15,6 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões estão nas mãos do Tesouro e R\$ 6,6 bilhões emprestados ao setor, a juros nominais de 5% ao ano, ou seja, juros negativos, uma vez que a inflação esperada para o ano está em 6,3%. Desse montante, R\$ 4,45 bilhões são créditos contratados nos últimos anos pela Eletrobras e representam cerca de 20% do endividamento bruto da estatal. Entre suas subsidiárias, as de geração e transmissão receberam R\$ 2,5 bilhões. Um dos maiores empréstimos foi concedido à Eletro-

nuclear. As distribuidoras federalizadas receberam R\$ 1,1 bilhão e outras empresas coligadas, R\$ 850 milhões. A Eletrobras recebe, adicionalmente, 1,35% ao ano do patrimônio da RGR a título de taxa de administração. Esses valores tornaram-se públicos, pela primeira vez, em função de um pedido de informações da Associação dos Grandes Consumidores (Abrace) à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Abrace e outros agentes do setor, como as distribuidoras de energia, estão empenhadas em reduzir os encargos que elevam o custo da eletricidade. Por isso, defendem a redução, pelo Congresso, da Medida Provisória que prevê, até 2035 a cobrança do encargo, que deveria ter sido extinto em 31 de dezembro, após 40 anos de sua criação. A Lei nº 5.655, que criou a RGR, prevê que a correção mensal dos empréstimos feitos ao setor com recursos do fundo deve seguir "os índices de corre-

ção dos ativos permanentes". Mesmo se pode crer em aumentos da audiência pública promovida neste momento pela Aneel para discutir regras de revisão das tarifas, desde 1995, com a implementação do real, a correção desses ativos permanentes passou a ser zero. O histórico da inflação medida pelo IPCA desde 1996 mostra que o índice só ficou abaixo de 5% em quatro anos. Procurada a Eletrobras não respondeu à maior parte das perguntas feitas pelo Valor. Confirmou o total dos financiamentos, mas não informou a destinação dos recursos. Sobre a taxa de administração, disse que na média é 1,66%, o que lhe rendeu R\$ 110 milhões por ano. A taxa, segundo a empresa, visa reembolsar suas despesas com as atividades de análise de viabilidade técnica, econômica e financeira de projetos e a fiscalização da aplicação dos recursos.

Mais informações na página B9

Concessão de aeroportos será paga

Paulo Sérgio Lyra e Tiago
 De Brasília

O governo federal deve publicar em dez dias os editais para as obras de ampliação e modernização de aeroportos. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) decidiu sobre o recurso da Aviação Civil contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) de que a taxa de administração dos aeroportos não pode ser considerada uma despesa operacional. A decisão do CARF é favorável à Aviação Civil, que alega que a taxa de administração dos aeroportos é uma despesa operacional e, portanto, não pode ser considerada uma despesa operacional. A decisão do CARF é favorável à Aviação Civil, que alega que a taxa de administração dos aeroportos é uma despesa operacional e, portanto, não pode ser considerada uma despesa operacional.

A Eletrobras recebe, adicionalmente, 1,35% ao ano do patrimônio da RGR a título de taxa de administração.

A RGR é um fundo criado a partir de contribuição cobrada dos consumidores de energia e acumula patrimônio de R\$ 15,6 bilhões, dos quais R\$ 9 bilhões estão nas mãos do Tesouro e R\$ 6,6 bilhões emprestados ao setor, a juros nominais de 5% ao ano, ou seja, juros negativos, uma vez que a inflação esperada para o ano está em 6,3%. Desse montante, R\$ 4,45 bilhões são créditos contratados nos últimos anos pela Eletrobras e representam cerca de 20% do endividamento bruto da estatal. Entre suas subsidi-



O ESTADO DE S. PAULO

B4 | Economia | TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2011

Prorrogação do Proinfa vai custar mais R\$ 182 milhões a consumidor de energia

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas será estendido por mais um ano pela MP que prorroga por 25 anos a Reserva Global de Reversão

René Pereira

O conjunto de regulamentações previsto na Medida Provisória (MP) 517, que deve entrar em votação no Congresso Nacional esta semana, terá reflexo direto no bolso do consumidor de energia elétrica. Além da prorrogação por 25 anos da Reserva Global de Reversão (RGR), um encargo cobrado na conta de luz, a MP também estende por mais um ano o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), criado em 2002.

Segundo cálculo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a pedido da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), apenas essa medida significará acréscimo anual de R\$ 182 milhões na fatura do consumidor, que já paga uma das maiores tarifas do mundo por causa da extensa lista de impostos e encargos embutidos no preço.

Esta é a terceira vez que o governo prorroga o prazo do programa, cujas usinas deveriam estar em operação desde 2006. No total, são 534 megawatts (MW) de potência instalada de usinas eólicas beneficiadas pela decisão do governo federal. A quantidade representa quase metade da fatia de energia eólica prevista no Proinfa. Quando lançado, o programa previa 1.100 MW por fontes alternativas - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), eólica e biomassa -, somando

PARA LEMBRAR

O Programa de Incentivos às Fontes Alternativas (Proinfa) foi criado em 2002 para contratar 3.300 MW de energia eólica, biomassa e hidrelétrica, de pequenas centrais hidrelétricas (PCH). As usinas ganharam subsídio do governo federal e assinaram contrato com a Eletrobrás para entregar a energia elétrica até 2006.

3.300 MW. Naquela época, no entanto, era justificável incentivar as fontes alternativas, já que o preço para produzir a energia era elevado. No caso da eólica, o MWh contratado custou R\$ 282.

Mas agora o cenário é outro. No último leilão de energia eólica, realizado no segundo semestre do ano passado, a Aneel conseguiu negociar a compra de energia produzida com ventos pelo preço médio de R\$ 130,86 o MWh. No ano anterior, as usinas eólicas já haviam surpreendido com um preço médio de R\$ 148,39 o MWh.

Números que tornam questionável a decisão do governo federal de prorrogar o Proinfa, afirmam especialistas do setor. A tese do governo é de que a renovação garantirá a estabilidade regulatória ao não prejudicar os investidores contratados pelo Proinfa. Mas ele esquece que esses investidores não entregaram



Força dos ventos. Parque eólico na praia do Porto das Dunas, no Ceará: energia alternativa já consegue preço no mercado

as usinas conforme o previsto no cronograma inicial. Considerando que alguns contratos foram firmados em 2004, o período de construção dessas centrais eólicas, em média, está na casa dos sete anos. Para efeito de comparação, as megausinas do Rio Madeira devem ser concluídas em quatro anos, apesar de todos os entraves ambientais.

Além disso, há indícios de que alguns desses projetos já foram vendidos a terceiros, com cláusulas que asseguram que o preço de venda poderá variar em razão da prorrogação ou não do programa. O Ministério de Minas e Energia foi procurado pela reportagem para explicar o motivo da prorrogação do Proinfa, mas não respondeu ao pedido

de entrevista.

Para o presidente da Abrace, Paulo Petrossa, a MP vai na contramão das sinalizações dadas pelo governo de que precisa reverter o custo da energia no Brasil. "Hoje há uma convergência em várias esferas do governo federal em relação aos impactos do preço elevado da energia elétrica na competitividade do País. Essa

questão do Proinfa é uma boa oportunidade para mostrar que esse diagnóstico está se transformando num processo de reversão das taxas e impostos que oneram os consumidores."

Além da RGR e do Proinfa, a MP 517 inclui incentivos fiscais para a usina nuclear de Angra 3 e incentivos fiscais para investidores de obras de infraestrutura.



Governo prorrogará encargo na conta de luz

Fim da Reserva Global de Reversão faria preço da cobrança cair 2%

Apesar da pressão do setor industrial, a votação que amplia a RGR até 2035 está prevista para amanhã

ANÁLISE BRTO

O governo federal diz-se preocupado com o custo da energia, mas deve conseguir amanhã renovar por mais 25 anos um encargo que custa R\$ 2 bilhões por ano na conta de luz dos brasileiros, que hoje já é uma das mais caras do mundo.

Serão R\$ 50 bilhões em recursos que sairão do bolso dos consumidores para o chamado governo até 2035. O fim desse encargo reduziria em 2% a conta de luz dos consumidores do país, segundo informa a Abrace (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

A cobrança deveria ser extinta em janeiro deste ano, mas a renovação foi enfiada na MP 517, medida provisória que versa sobre vários assuntos, como Fundo de Manutenção e Incentivo à Energia Nuclear.

A RGR (Reserva Global de Reversão), encargo criado em 1957, nunca foi usada para o fim para o qual foi criada —indenização de concessões retomadas pelo governo.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, mobilizou sua base no Congresso e participou de encontros com lideranças dos partidos a fim de pressioná-los para a aprovação do texto tal como encaminhado pelo governo.

O pedido de renovação da RGR até 2035 foi um dos últimos atos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

SEM EFEITO

A mobilização do setor industrial para tentar, ao menos, incluir no texto um dispositivo para a redução gra-

dual desse encargo resultou inútil. Nem a audiência pública prevista no Congresso para a discussão do assunto chegou a ser feita.

Um grupo de 19 associações industriais chegou a criar um blog chamado "Basta de RGR" para tentar mobilizar o país contra a decisão de renovar o encargo, um dos 11 que estão ancorados hoje na conta de luz.

O deputado federal João Carlos Bacelar (PR-BA), autor da medida provisória, leu o relatório nesta semana. A MP deve ir a votação na Câmara amanhã.

Disso depende a votação do Código Florestal, que trancou a pauta da Câmara. A MP 517 ainda precisa passar pelo Senado e ir à sanção presidencial antes de 1º de junho, quando a MP expira. Bacelar informou que, se não, ao menos, tomar a aplicação e a sanção do recurso mais transparente, mas não há garantias de que isso passe na votação. Hoje, todo o recurso da RGR é gerido pela estatal Eletrobras.

Até o fim do ano passado, o fundo da RGR tinha R\$ 15 bilhões. Desse total, R\$ 9 bilhões estavam contingenciados pelo governo e os demais R\$ 6 bilhões foram aplicados em projetos, como o Luz para Todos e outros programas. A maior parte dessa fatia é destinada aos projetos das subsidiárias da Eletrobras.

A indústria afirma que o acúmulo de encargos e tributos sobre a conta de luz fez a tarifa de energia dobrar nos últimos 10 anos, custo que tem contribuído para a perda de competitividade do setor.

"O próprio governo dá sinais de que está preocupado com o custo da energia e reconhece que isso é um problema. Poderia usar o fim da RGR para evidenciar isso", diz Paulo Pedrosa, presidente da Abrace (associação de grandes consumidores industriais de energia e de consumidores livres).

FOLHA DE S.PAULO

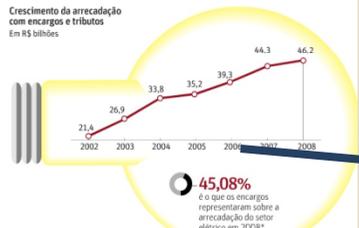
O PREÇO DA LUZ

RGR é responsável por R\$ 2,2 bilhões na conta dos brasileiros

- 1 O que é RGR**
A Reserva Global de Reversão é um encargo criado em 1957 para indenização de concessões retomadas pelo governo
- 2 O que está em jogo**
Nunca foi usada para o fim para o qual foi criada. O setor industrial pressiona contra a cobrança. Reivindica, ao menos, a redução gradual
- 3 Próximo passo**
O pedido de renovação por mais 25 anos foi feito pelo ex-presidente Lula. A medida provisória deve ir a votação na Câmara amanhã

Crescimento da arrecadação com encargos e tributos

Em R\$ bilhões



Principais encargos do setor em 2008

Encargo	Participação, em %
1 CCC: Conta de Consumo de Combustível	2,81
2 CDE: Conta de Desenvolvimento Energético	2,35
3 CFURH: Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1,40
4 RGR: Reserva Global de Reversão	1,23
5 TFSE: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	0,20

Fonte: Agência Reuters, Associação de Distribuidores de Energia Elétrica (Abrace), Ministério de Minas e Energia (MME). Dados de 2008, em bilhões de reais.



Linhas de transmissão da Eletrobrás passam por bairros de São Caetano (SP)

COMISSÃO PRO-PUNHAÇÃO DO LEGISLADO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA: CAMBIO DE SOM E LOCALIZAÇÃO DE USINA "SANTARÉM" COMISSÃO PRO-FUNDAÇÃO DO LEGISLADO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA: CAMBIO DE SOM E LOCALIZAÇÃO DE USINA "SANTARÉM" COMISSÃO PRO-FUNDAÇÃO DO LEGISLADO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA: CAMBIO DE SOM E LOCALIZAÇÃO DE USINA "SANTARÉM"

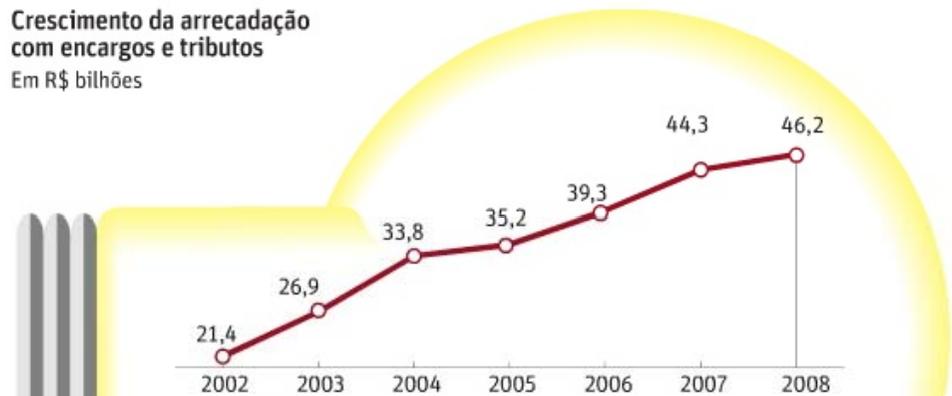
O PREÇO DA LUZ

RGR é responsável por R\$ 2,2 bilhões na conta dos brasileiros

- 1 O que é RGR**
A Reserva Global de Reversão é um encargo criado em 1957 para indenização de concessões retomadas pelo governo
- 2 O que está em jogo**
Nunca foi usada para o fim para o qual foi criada. O setor industrial pressiona contra a cobrança. Reivindica, ao menos, a redução gradual
- 3 Próximo passo**
O pedido de renovação por mais 25 anos foi feito pelo ex-presidente Lula. A medida provisória deve ir a votação na Câmara amanhã

Crescimento da arrecadação com encargos e tributos

Em R\$ bilhões



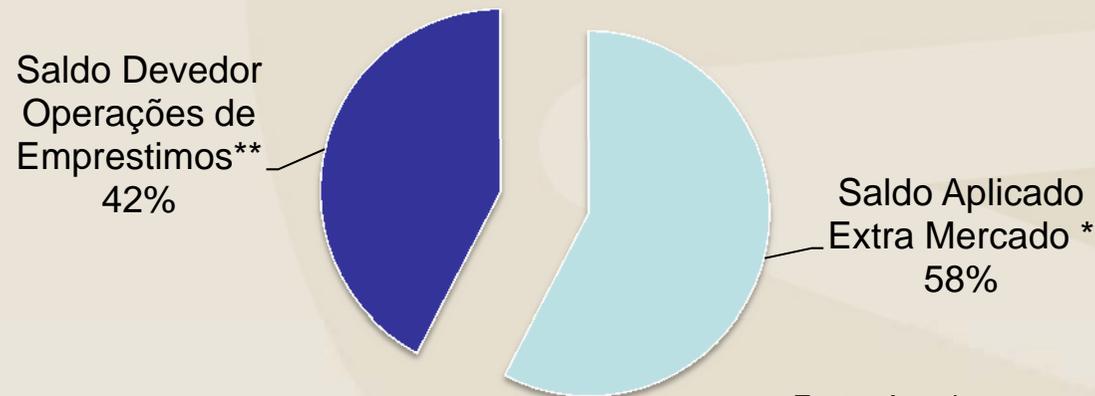


Recursos RGR

Recursos RGR em 2010

Saldo Aplicado Extra Mercado *	R\$ 9,8 bilhões
Saldo Devedor Operações de Empréstimos**	R\$ 6.6 bilhões
Saldo Total*	R\$ 15,6 bilhões

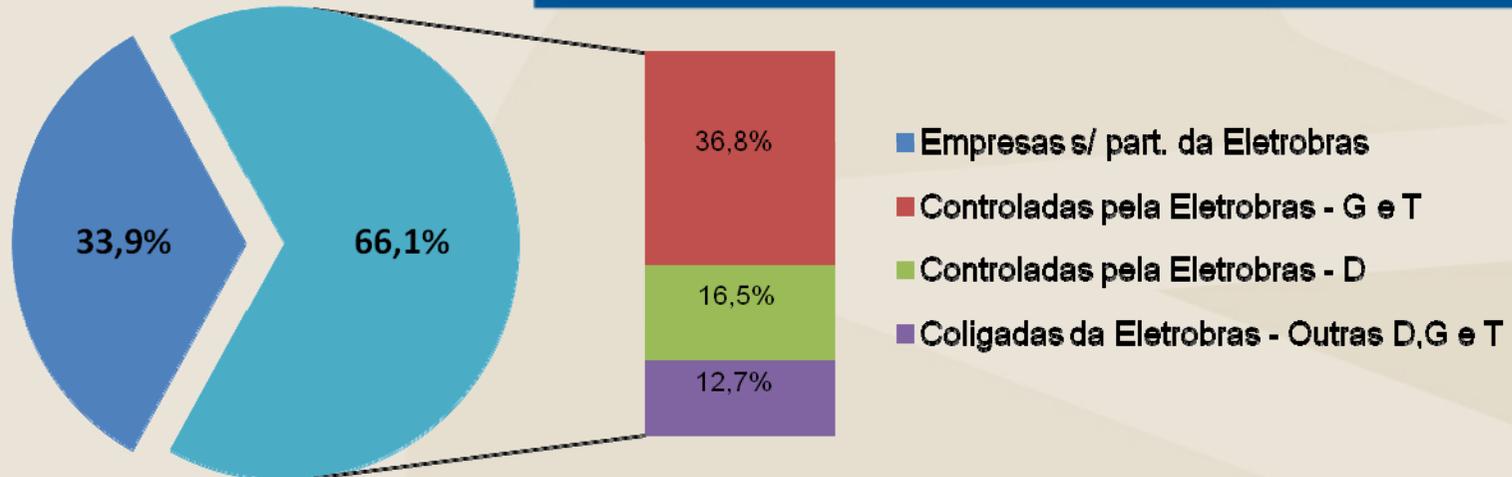
Fonte: ANEEL; *Ref: 31/12/2010; **Ref: 01/02/2011



Fonte: Aneel



Recursos RGR



Destinação/Empresas

Controladas pela Eletrobras - G e T
Controladas pela Eletrobras - D
Coligadas da Eletrobras - Outras D,G e T
Empresas s/ participação da Eletrobras
Total

Fonte: ANEEL; Ref: 01/02/2011

Saldo Devedor Final*

R\$ 2.4 bilhões
R\$ 1.1 bilhões
R\$ 0,85 bilhões
R\$ 2.2 bilhões
R\$ 6.6 bilhões



Empréstimos via RGR

Lei nº 8.631, de 1993, Art. 9º, parágrafo 5º: “A Eletrobras procederá correção mensal da RGR de acordo com os índices de correção dos ativos permanentes e creditará a essa reserva juros de cinco por cento ao ano sobre o montante corrigido dos recursos utilizados”

Com a extinção da correção monetária a partir de 1994, a Eletrobras passou a financiar empréstimos a uma taxa de 5% + 1,42% ao ano com recursos de todos os consumidores brasileiros

	Taxa
BNDES Finem Geração	10,47%
BNDES Finem Transmissão	10,87%
BNDES Finem G+T	10,67%
BNDES Finem Distribuição	11,37%
CDI + 4% (mercado)	16,60%
Financiamento Eletrobras RGR	6,42%



Prorrogação da RGR

- Geram distorção no setor elétrico: competição privilegiada na geração (prejudicando consumidores no longo prazo) e apropriação de ganhos na distribuição - custo do capital de terceiros considerado da ordem de 12%
- Para o próximo ciclo tarifário distorções se ampliarão
- Desnecessários para tratamento das concessões
- Insuficientes até 2015 - o Governo descontingenciaria seus 9 bilhões? Pode pedir mais aos consumidores?
- Oneram os consumidores (sobretudo residenciais) de energia em mais de 2 bilhões de Reais por ano



Prorrogação do Proinfa

A prorrogação do prazo para entrada em operação das centrais geradoras do Proinfa custará **R\$ 211 milhões** aos consumidores

Custos Adicionais Gerados pela Prorrogação do Proinfa

Potencia em atraso (MW)	534,1
Energia (MWh/ano)	1.395.479
Preço Proinfa (R\$/MWh)	282,20
Preço Médio Leilões (R\$/MWh)	130,86
Diferença (R\$/MWh)	151,34
Custo anual para o consumidor	R\$ 211 milhões
Preço ANEEL (R\$/MWh)	150,00
Diferença (R\$/MWh)	132,20
Custo anual para o consumidor	R\$ 184 milhões



Prorrogação do Proinfa

- Valores do Proinfa refletem tecnologias e custo de capital do passado.
- Oneram os consumidores de energia em mais de 250 milhões por ano (incluindo impostos)
- A estabilidade regulatória é conseguida com o cumprimento de Leis e contratos, e não com sua alteração

OBRIGADO



www.abrace.org.br

SBN – Quadra 1 · Bloco B, 14 · Sala 701
Edifício CNC · Brasília – DF · (61) 3878 3500

abrace@abrace.org.br